



**ACÓRDÃO Nº213/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11299/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Márcio Lima Noronha (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal de Habitação - FMH
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 34/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Habitação - FMH. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, que acatou em sessão o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Habitação – FMH, de responsabilidade do **Sr. Márcio Lima Noronha**, na qualidade de Secretário Municipal Chefe da Casa Civil, exercício de 2016, com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pela ausência de informações de interesse público no portal de transparência local, dificultando o controle social e auditorias realizadas por este Tribunal, com fulcro com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 TCE/AM.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



**ACÓRDÃO Nº213/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Recomendar** ao Fundo Municipal de Habitação - FMH que:

10.3.1. No tocante à confiabilidade e fidedignidade dos dados inseridos no Sistema AFIM/2016, esses devem representar a realidade dos fatos e está sempre em compatibilidade com os dados físico, uma vez que é ferramenta de suporte para os gestores na tomada de decisão;

10.3.2. Mantenha atualizados todas as informações no Portal da Transparência de forma tempestiva, em atendimento ao preceituado pelos art. 48-A, II da LC nº. 101/00; art. 7º, II do Decreto 7.185/10 e art. 8º. § 1º, IV da Lei nº. 12.527/11;

**10.4. Dar ciência** ao **Sr. Márcio Lima Noronha** e demais interessados deste Acórdão;

**10.5. Arquivar** o presente processo após cumprimento da decisão, nos termos regimentais.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Março de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral